



FEMINISMO NEGRO COMO MECANISMO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: ENSAIO A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE GRADA KILOMBO

*EL FEMINISMO NEGRO COMO MECANISMO DE TRANSFORMACIÓN SOCIAL:
ENSAYO A PARTIR DE LOS APORTES DE GRADA KILOMBO*
*BLACK FEMINISM AS A MECHANISM OF SOCIAL TRANSFORMATION: ESSAY
BASED ON THE CONTRIBUTIONS OF GRADA KILOMBO*

SILVA, Luciene Reis¹
MORUZZI, Andrea Braga²

Resumo

O processo de escravização de pessoas negras foi o ato mais desumano creditado na história do Brasil. A prática racista advinda do período colonial se expressa concretamente como desigualdade política, social, cultural, educacional e econômica. Reconhecer a existência do racismo é identificar a incoerência dele enquanto ideologia - conjunto de ideias e valores sociais, que se estrutura na lógica de superioridade de *sujeitos brancos* em detrimento de *sujeitos negros*. O presente artigo se insere em um projeto de pesquisa cujo propósito é investigar as diferentes expressões dos feminismos negros e a forma pela qual eles nos ajudam a pensar diretrizes e orientações para uma educação antissexista e antirracista. Entre as várias intelectuais negras sobre as quais tal pesquisa se debruça está Grada Kilomba e especificamente o seu livro “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano”, fruto de sua tese de doutorado. Procura-se nesse texto revisitar as contribuições do feminismo negro de Grada Kilomba para pensar sobre os corpos racializados, especificamente corpos de mulheres negras, intencionando compreender a intersecção entre os conceitos de raça, de gênero e estruturas de poder, assim como as contribuições do feminismo negro para a ascensão socioeducacional de mulheres negras. A metodologia utilizada faz parte do escopo de investigação antirracista e feminista, elencando direcionamentos propositivos para uma educação nessas dimensões. Como indicativo dessa preposição, observa-se que o feminismo negro de Kilomba atribui grande importância para aquisição de um novo vocabulário antirracista que possa produzir subjetividades negras afirmativas e subjetividades brancas antirracistas.

Palavras-chave: Feminismo negro; Educação; Antirracismo; Epistemologia decolonial; Memórias.

Resumen

El proceso de esclavización de los negros fue el acto más inhumano acreditado en la historia de Brasil. La práctica racista surgida del período colonial se expresa concretamente como desigualdad política, social, cultural, educativa y económica.

¹ Mestre em Educação, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil e e-mail: lucieners@ufscar.br

² Pós-doutora em Educação, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil e e-mail: andreamoruzzi@ufscar.br

Reconocer la existencia del racismo es reconocer su inconsistencia como ideología - conjunto de ideas y valores sociales, que se estructura en la lógica de superioridad de los sujetos blancos en detrimento de los sujetos negros. Por tanto, el trabajo se enmarca en un proyecto de investigación cuyo fin es indagar en las diferentes expresiones de los feminismos negros y la forma en que nos ayudan a pensar pautas y lineamientos para una educación antisexista y antirracista. Entre los diversos intelectuales negros en los que se centra esta investigación se encuentra Grada Kilomba y específicamente su libro *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*, resultado de su tesis doctoral. Este texto busca revisar las contribuciones del feminismo negro de Grada Kilomba para pensar los cuerpos racializados, específicamente los cuerpos de las mujeres negras, con la intención de comprender la intersección entre los conceptos de raza, género y estructuras de poder, así como las contribuciones del feminismo negro para el socio-ascensión educativa de la mujer negra. La metodología utilizada se enmarca en el ámbito de la investigación antirracista y feminista, enumerando direcciones propositivas para una educación antirracista. Como indicación de esta proposición, se observa que el feminismo negro de Kilomba otorga gran importancia a la adquisición de un nuevo vocabulario antirracista que pueda producir subjetividades negras afirmativas y subjetividades blancas antirracistas.

Palabras clave: feminismo negro; Educación; Anti racismo; Epistemología decolonial; Memorias.

Abstract

The process of enslaving black people was the most inhumane act credited in the history of Brazil. The racist practice arising from the colonial period is concretely expressed as political, social, cultural, educational and economic inequality. Recognizing the existence of racism is recognizing its inconsistency as an ideology - a set of ideas and social values, which is structured in the logic of superiority of white subjects to the detriment of black subjects. Therefore, the work is part of a research project whose purpose is to investigate the different expressions of black feminisms and the way in which they help us to think about guidelines and guidelines for an anti-sexist and anti-racist education. Among the various black intellectuals on whom this research focuses is Grada Kilomba and specifically her book *Memórias da Plantação: episodes of everyday racism*, the result of her doctoral thesis. This text seeks to revisit the contributions of Grada Kilomba's black feminism to think about racialized bodies, specifically black women's bodies, intending to understand the intersection between the concepts of race, gender and power structures, as well as the contributions of feminism black for the socio-educational ascension of black women. The methodology used is part of the scope of anti-racist and feminist research, listing propositional directions for an anti-racist education. As an indication of this preposition, it is observed that Kilomba's black feminism attaches great importance to the acquisition of a new anti-racist vocabulary that can produce affirmative black subjectivities and anti-racist white subjectivities.

Keywords: Black feminism; Education; Antiracism; Decolonial epistemology; Memoirs.

SÍTIO DE TRANSFORMAÇÃO ACADÊMICA: DE ONDE FALAM AS MULHERES NEGRAS?

Eu, como mulher negra, escrevo com palavras que descrevem minha realidade, não com palavras que descrevam a realidade de um erudito branco, pois escrevemos de lugares diferentes. Escrevo da periferia, não do centro. Este é também o lugar de onde estou teorizando, pois coloco meu discurso dentro da minha própria realidade. O discurso das/os intelectuais negras/os surge, então, frequentemente como um discurso lírico e teórico que transgride a linguagem do academicismo clássico. Um discurso que é tão político quanto pessoal e poético, como os escritos de Franz Fanon e bell hooks.

Grada Kilomba

Escrevemos esse artigo a duas mãos, duas mulheres, branca e negra. Desse lugar branco, jamais se poderá experimentar o racismo, mas há uma visibilidade própria dada a mulher branca, um reconhecimento de sua fala entre outras brancas, de modo a entendermos existir um compromisso ético e político ainda maior das mulheres brancas contra o racismo. Desse lugar como mulher negra diariamente se escuta, se sente e se vive o racismo nas suas mais variadas dimensões; lutar contra o racismo, seja ele cordial/sutil/velado/cotidiano ou estrutural é questão não somente ética, mas de sobrevivência.

[...] as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais, o racismo na forma de violência explícita ou de micro agressões - piadas, silenciamento, isolamento etc.[...] se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas [...]. Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal”. [...]. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição. Nesse caso, além de medidas que coíbam racismo individual e institucional, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. (ALMEIDA, 2020, p. 48-50).

Nesse contexto, existem indivíduos que acreditam que o racismo já foi superado, outros que não acreditam na sua existência, outros se eximem da discussão e enfrentamento, enquanto uma maioria ocupa o lugar da indignação devido a certeza prematura da impunidade de quem o pratica, independente da esfera em que o crime ocorre, seja:

social, educacional, cultural, profissional e até pessoal. Todas sobrepostas, porque o racismo é elástico e eficaz, principalmente porque permite a permanência do *status quo*. Por conta de uma história milimetricamente construída para enaltecer a branquitude, pessoas negras (retintas, preferencialmente) são vítimas constantes do crime de racismo. É interessante notar que, no Brasil, o racismo é uma constância, entretanto, não há racistas, isso porque o racismo está sempre no outro – amigo/a, namorado/a, companheiro/a, cônjuge, irmão/irmã, pai, mãe, vizinho etc. Por isso o crime de racismo é tão consistente.

Apesar de a Constituição Federal (1988) criminaliza o racismo, vejamos: inciso XLII, art. 5º - *a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei*, a vítima de racismo é violentada inúmeras vezes até chegar ao parco e frágil pedido de desculpas da/o agressor/a, como acontece com qualquer pessoa vítima que seja pertencente a grupos vulneráveis – mulheres/pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIAP+, indígenas, entre outras categorias.

Atos violentos não precisam ser sangrentos. Há muito tempo, uma amiga nos indicou um filme - **Crash - no Limite** e nos deu o seguinte *spoiler*: se prepare porque é um filme forte e violento. Vimos o filme e logicamente demos o *feedback*, com a conclusão de que o filme não era violento. Então ela respondeu: é um filme violento, mas a violência é sutil. Por que recordar esse fato agora? Porque, hoje, com o intelecto e o emocional mais apurado, partimos do princípio de que nenhuma violência é sutil para a vítima. Existe a negação da violência como mecanismo (in)consciente de defesa, mas nunca a sutileza. O racismo é um ato de violência. Ele nega a autonomia e pode ser operado com ou sem uso excessivo da força.

Existem algumas formas de expressão do racismo, que são: racismo estrutural, racismo institucional e racismo cotidiano. Todos eles em algum momento se cruzam, no entanto, o que demanda mais atenção principalmente em solo brasileiro é o racismo cotidiano por sua capacidade de camuflagem. O racismo cotidiano está em discursos, vocabulários, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro como outridade, não pertencentes, um/a *outsider*. Portanto, ser aliada/o da luta antirracista, é antes de tudo compreender que o racismo nem sempre será um show de horrores com

plateia. O racismo só será superado quando ele se tornar indigesto à sociedade, e portanto, não deve ser uma luta solitária do segmento negro, deve ser também um compromisso político do segmento branco.

Pautar sobre o direito de existir é violento e irracional, mas é isto que a população negra vem fazendo ferozmente desde a Lei Áurea (nº 3.353), de 13 de maio de 1888, que declarou a “Abolição da Escravidão”, mas a resistência data de antes, iniciando com a Lei do Ventre Livre - nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, responsável por libertar os filhos das escravas, nascidos após a sua promulgação; Lei dos Sexagenários - nº 3.270, aprovada em 1885, responsável pela extinção gradual do componente servil. Décadas mais tarde foi sancionada a Lei Afonso Arinos - nº 1.390, de 3 de julho de 1951, que tornou contravenção penal a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Revogada pela Lei nº 7.437, de 20 de dezembro de 1985, mais conhecida como Lei Caó, que tornou crime a prática de atos resultantes de preconceito de sexo ou de estado civil.

Diante das transformações, o campo político-social se reorganiza para criar um conjunto de leis que primam pelo bem-estar do segmento negro, na tentativa de garantir o seu acesso à educação, à saúde, à segurança, à moradia entre outros, com destaque para a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), trazendo a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares; Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), que prevê programas de ação afirmativa e; a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de cotas), que prevê o acesso de alunos/as negros/as em Universidades Federais.

Não há como negar que raça e gênero se estruturam e se mantêm a partir das relações de poder, principalmente na vida de mulheres negras, desde a infância até a vida adulta. Mulheres negras se conectam por meio de suas experiências de vida na perspectiva racial, de gênero e da ancestralidade. A ancestralidade nos conecta de forma visceral, agregando à nossa existência orgulho e conexão com uma força sobrenatural ligada às raízes e tradições por meio da linguagem (oral, escrita e imagética), crenças e costumes que performam a identidade da população negra. Também compartilhamos, à revelia, o lugar social da resistência e transformação.

Os indicadores a seguir mostram que a mulher negra está na base da pirâmide social. Conforme o Cedra³, em 2010, **na área profissional/trabalho**: as mulheres negras empregadoras eram de 0,65%, homens brancos empregadores, somava 3,6%, quase 6 vezes mais. **Referente a taxa de desocupação**: mulheres negras – 12,5%; mulheres brancas – 8,2%, homens negros – 6,6%, homens brancos – 4,6%, ou seja, a disparidade entre mulheres negras e homens brancos é absurda. [...]. O sexismo é, sem dúvida, um sistema de dominação institucionalizado, mas nunca foi capaz de determinar de modo absoluto o destino das mulheres nessa sociedade. [...]. ((HOOKS, 2019, p. 32). **Quanto ao trabalho sem carteira assinada**: mulheres negras – 28,2%, mulheres brancas – 18,8%, homens negros – 21,0%, homens brancos – 14,4%. **Entrando na ocupação de cargos gerenciais**: mulheres negras – 10%, mulheres brancas – 27%, homens negros – 18%, homens brancos – 43%, outras – 2%. **Renda/moradia**: moradores negros tendo como responsável a mulher negra – R\$ 557,69, sem moradores negros e tendo como responsável o homem não negro R\$ 1.497,73. **Referente a renda sem carteira assinada**: homens brancos – R\$ 999,15, as mulheres negras recebiam 45% do que recebiam os homens brancos, ou seja, R\$455,96. Essa lógica se repete nos **trabalhos com carteira assinada**: homens brancos – R\$ 1.780, mulheres negras recebiam 45% do que recebiam os homens brancos, ou seja, – R\$863, assim, o *ranking* em todas as categorias é das mulheres negras. No que se refere **ao campo educacional**, Temos: taxa de analfabetismo em mulheres com mais de 15 anos: mulheres negras – 18,3%, mulheres brancas 5,8%. Taxa da população entre 40 e 49 anos com ensino superior completo: mulheres negras 7,5%; mulheres brancas 19,1%; homens negros 5,0%; homens brancos 14,8%. Frequência de mulheres entre 18 e 24 anos no ensino superior (2010): mulheres negras 9,3%; mulheres brancas 22,2%; (2019) mulheres negras 17,8%; mulheres brancas 30,7%. Apesar do aumento proporcional de mulheres negras, a diferença permaneceu em 8,5 pontos percentuais com as mulheres brancas.

Os dados acima nos mostram que, mesmo diante de uma significativa transformação social, política, cultural e educacional a mulher negra em paralelo com homens brancos,

³ É uma associação independente e apartidária que agrega pensadores da questão racial, especialistas em ciência de dados, estatísticos, economistas e cientistas sociais reunidos para destacar, das estatísticas oficiais, dados que possibilitem o aprofundamento das análises sobre a desigualdade racial no Brasil.

mulheres brancas e homens negros continua em desvantagem. Tais configurações provêm de uma ideologia pautada na supremacia masculina e branca, demonstrando que:

Como grupo as mulheres negras estão numa posição peculiar na sociedade, não apenas porque, em termos coletivos, estamos na base da pirâmide ocupacional, mas também porque o nosso *status* social é inferior ao de qualquer outro grupo. Isso significa que carregamos o fardo da opressão sexista, racista e de classe [...]. (HOOKS, 2019, p. 45 grifo da autora).

A luta pela inclusão da mulher negra na sociedade é premente, no entanto, para que a inclusão seja um fato e não um fardo, a sociedade precisa compreender primeiramente a sua estrutura racista, precisa passar pelo seguinte percurso delineado por Grada Kilomba: negação – culpa – vergonha – reconhecimento – reparação. Partindo desse apontamento, precisamos começar a pensar a sociedade na lógica do feminismo negro, considerando a sua intensidade, porque:

[...]. Os feminismos de política decolonial colocam à disposição das lutas que partilham o objetivo de reumanizar o mundo a sua biblioteca de saberes, sua experiência de práticas, suas teorias antirracistas e antissexistas, incansavelmente associadas às lutas anti-capitalistas e anti-imperialistas. Uma feminista não pode possuir ‘a’ teoria e ‘o’ método, ela busca ser transversal [...]. O método é simples: partir de um elemento para revelar um ecossistema político, econômico, cultural e social buscando evitar a segmentação imposta pelo método ocidental das ciências sociais [...]. (VERGÈS, 2020, p. 45-49).

O nosso combate é efetivado principalmente nos campos político e educacional e devem ser valorizados em favor da superação das desigualdades de raça e gênero. O atraso vivenciado nos últimos anos vitimou mulheres, população negra e indígena, mas principalmente, vitimou mulheres negras, posto que: ‘Se é verdade que muitas mulheres são vítimas da tirania sexista, há poucos indícios que isso crie um ‘elo comum entre todas as mulheres’. Há muito mais evidências corroborando o fato de que as identidades de raça e classe criam diferenças [...]. (HOOKS, 2019, p. 31) e ainda é imperioso ponderar que:

Ao enxergar o feminismo como compromisso político, estamos nos contrapondo ao feminismo enquanto mera **identidade individual** e estilo de vida [...]. Trata-se de uma forma de resistência que nos engaja numa práxis revolucionária. Um importante estágio no desenvolvimento da consciência política é alcançado quando os indivíduos reconhecem a necessidade de lutar

contra todas as formas de opressão. **A luta contra a opressão sexista é de grande significado político – e não apenas para as mulheres.** O movimento feminista é vital tanto por seu poder de nos libertar das terríveis garras da opressão sexista quanto por seu potencial para radicalizar e renovar outras lutas de libertação (HOOKS, 2019, p. 76-77 grifo nosso).

Mesmo com toda a intransigência histórica e social, é possível transgredir e mudar o *status quo*, porém, existe a dificuldade da transição da subserviência para a autonomia, pois todas as vivências anteriores ainda coexistem e moldam comportamentos.

MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA ENTRE MULHERES NEGRAS: AFETO, TEORIA E POLÍTICA

Carolina Maria de Jesus, Neusa Santos, Lèlia Gonzalez, [...]. Eu insiro cada uma dessas vozes femininas e negras de forma inter cruzada como numa encruzilhada: o afeto, a teoria e a política. E porque isso é importante, podemos nos perguntar? [...]. Obviamente, estou situando essa minha fala na perspectiva das lutas das mulheres negras, porque é isso: esse é o ‘lugar de fala’ como nos provoca a pensar a filósofa Djamila Ribeiro. É também uma ‘escrivência’ inspirada na escritora Conceição Evaristo. Convido vocês a pensar sobre isso

Vera Rodrigues⁴

Neste artigo, trabalharemos com o livro “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano”, que se insere numa perspectiva de investigação antirracista, pois Kilomba, como pesquisadora teve a oportunidade de refletir criticamente a sua existência como mulher negra e oferecer mecanismos de enfrentamento e superação para o racismo. Grada Kilomba (2019, p. 13) destaca “Este livro é muito pessoal; escrevi-o para entender quem eu sou”. O livro foi publicado originalmente em inglês, lançado no final do ano de 2008. Memórias da Plantação é uma poesia do início ao fim. Ele é muito mais que um livro que reflete sobre os sutis insultos raciais no cotidiano de qualquer pessoa negra, independentemente da localização social. Ele é um livro que reflete e compartilha experiências de mulheres negras ao longo da história.

Kilomba nasceu e cresceu em Lisboa. Estudou psicologia clínica e psicanálise em Lisboa no Instituto de Psicologia Aplicada (ISPA). Ela é adepta das teorias de Frantz

⁴ Docente no curso de antropologia (bacharelado e mestrado) na Unilab-Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

Fanon e bell hooks e se define como uma artista negra multidisciplinar, psicanalista, filósofa, escritora e teórica. “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano”, reflete questões sobre raça, gênero, pós-colonialismo e linguagem. Sua escrita nos cativa porque tem voz, corpo e imagem.

Durante a leitura dos agradecimentos as/aos Orixás – Oxalá/Obatalá, Yemanjá, Oxóssi e Oya –, rememorei muitas mulheres negras que resistiram e existiram por meio das religiões de matriz africana. Lembrei de artistas como **Luedji Luna**, com seu álbum “Um corpo no mundo” (2017); **Mariene de Castro**, com seu álbum “Tabaroinha” (2012) e sua música Deusa dos Orixás (2013); e **Sued Nunes**, com seu Álbum “Travessia” (2021). Todas evocam por meio da linguagem da arte a força, beleza e amor da mulher negra. Neste sentido, importa dizer que:

Fazer pesquisa entre iguais tem sido fortemente encorajado por feminista, por representar as condições ideais para relações não hierárquicas entre pesquisadoras/res e informantes, ou seja, onde há experiências compartilhadas, igualdade social com a problemática [...]. Ser uma pessoa “de dentro” produz uma base rica, valiosa em pesquisas centradas em *sujeitos*. (KILOMBA, 2019, p. 82-83).

A autora discorre sobre a urgência de uma nova forma de falar, de mover, de ver, destacando a necessidade de novas expressões que comuniquem as pessoas. Considerando a ausência de uma linguagem representativa, Grada Kilomba afirma em entrevista⁵ que teve receio com a tradução do seu livro para o português, porque a língua portuguesa tem muitas limitações de significados representativos, integradores e positivos. Destacando que:

[...]. Deixei Lisboa, a cidade onde nasci e cresci, com um imenso alívio. Não havia nada mais urgente para mim do que sair, para poder aprender uma nova linguagem, um novo vocabulário, no qual eu pudesse finalmente encontrar-me. No qual eu pudesse ser eu. Cheguei a Berlim, onde a história colonial alemã e a ditadura imperial fascista também deixaram marcas inimagináveis. E, no entanto, pareceu-me haver uma pequena diferença: enquanto eu vinha de um lugar de *negação* ou até mesmo de glorificação da história colonial, estava agora num outro lugar onde a história provocava *culpa*, ou até mesmo *vergonha*. Este percurso de consciencialização coletiva, que começa com a *negação-culpa-vergonha-reconhecimento-reparação*, não é de forma alguma um percurso moral, mas um percurso de responsabilidade de criar novas configurações de poder e de conhecimento [...]. (KILOMBA, 2019, p. 11-12 grifo da autora).

⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=2ez7e-JtgoA>

Grada Kilomba assinala a problemática existente na língua portuguesa, ou seja, a utilização acrítica de um conjunto de palavras que favorece o gênero masculino ou a variação entre gêneros – feminino e masculino – excluindo outras identidades. Em *Memórias da Plantação*, Grada Kilomba, é cirúrgica e sensível em cada apontamento, compartilha e materializa experiências de mulheres que são mais que um corpo negro, entretanto, carregam identidades de corpos não hegemônicos, pois segundo Munanga (2012, p.16) “[...] A identidade do mundo negro se inscreve no real sob a forma de ‘exclusão’. Ser negro é ser excluído [...]”.

MEMÓRIAS DA PLANTAÇÃO: MULHERES QUE PODEM SER MAIS QUE UM CORPO NEGRO

No Brasil, não é habitual e acessível às pessoas negras a reflexão coerente sobre questões de raça, papéis de gênero e classe, por isso, enquanto pertencentes de uma sociedade, criam subterfúgios ancorados principalmente no campo religioso, porque discorrer sobre tais conceitos e suas consequências – invisibilização, marginalização e desumanização –, gera desconforto, no entanto, hoje e ontem é mister e tangível fazer essa discussão no contexto social, assim: compreender como a sociedade constrói a si mesma a partir de determinadas condições concretas e objetivas e como esta sociedade constrói a percepção de si mesma é certamente uma das tarefas fundamentais das ciências humanas. (BARROS, 2014, p. 13).

Como mencionado anteriormente, Kilomba demonstrou receio em publicar seu livro em português (Brasil e Portugal) a, para explicar, ela escreveu uma à edição brasileira. A carta traz as formas de como outras línguas como a inglesa e a alemã fizeram para superar e não reproduzir palavras e terminologias ancoradas no período colonial. A primeira resolução partiu da criação de um novo vocabulário com palavras neutras representativas e a segunda é a não reprodução de termos que insulte ou viole uma pessoa, por isso optaram pela abreviação de palavras que são utilizadas como forma de inferiorização, objetificação e desumanização. A proposição contida na carta é para que a língua portuguesa crie urgentemente uma linguagem, um novo vocabulário, com a possibilidade de espaço para novas narrativas dissociadas da história colonial e de sua ideologia racista.

Na sociedade, as pesquisas que versam sobre relações raciais, mais precisamente no campo educacional, são recebidas e compartilhadas por um nicho, a maioria localizada nas regiões Sul e Sudeste. Porém, isso não significa dizer que as epistemologias das regiões Norte e Nordeste não sejam potentes, significa dizer que não alcançam as mesmas projeções devido a marginalização da população residente. Por isso a epistemologia decolonial é necessária, ela coloca em xeque tudo que conhecemos e como conhecemos. A decolonialidade tem sua organicidade focada na construção de um novo projeto político de sociedade, sendo a mulher negra protagonista/sujeito. Na construção desse projeto, consideremos que:

A reivindicação de feministas negras não é classificar as estruturas de opressão de tal forma que mulheres negras tenham que escolher entre a solidariedade com homens negros ou com as mulheres brancas, entre 'raça' ou 'gênero', mas ao contrário, é tornar a nossa realidade e experiência visíveis tanto na teoria como na história. O movimento e a teoria de mulheres negras têm tido, nesse sentido, um papel central no desenvolvimento de uma crítica pós-moderna, oferecendo uma nova perspectiva de debates contemporâneos sobre gênero e pós-colonialismo. (KILOMBA, 2019, p. 108).

Cabe a epistemologia decolonial a não reprodução do conhecimento eurocêntrico como único e verdadeiro, trazendo para o centro narrativas de sujeitos antes silenciados, esta é uma das maiores proposições da epistemologia feminista negra, porque ela compartilha memória, história, emoções, sensações e problematiza os efeitos nocivos da intersecção entre raça, gênero, classe e tudo que envolve a não aceitação de um corpo que desafia a hegemonia. O feminismo negro projeta a mulher negra como sujeito que oportuniza a fala de outras mulheres negras.

Portanto, é nessa perspectiva decolonial do conhecimento que Kilomba demonstra a permanência da lógica do pensamento colonial na economia, na educação, na cultura e, principalmente na política. Ao longo do livro, Kilomba demonstra como os marcadores de gênero, raça e localização geográfica estruturam a sociedade e estabelece hierarquias de conhecimentos. Para que as mulheres negras tivessem acesso à educação, as estruturas sociais precisavam ser ressignificadas, por esta razão, bell hooks informa que:

[...]. Mary Church Terrell trabalhou arduamente para envolver as mulheres negras na luta pelos direitos das mulheres. Sua principal preocupação era que elas lutassem para obter equidade social para seu sexo na esfera da educação [...]. As mulheres negras do século XIX acreditavam que, se recebessem o direito de votar, poderiam mudar o sistema educacional de maneira que as mulheres teriam o direito de buscar com totalidade seus objetivos educacionais [...]. (HOOKS 2019, p. 256 -266).

Na academia sempre existiu uma narrativa fundante do que é considerado ciência, criando categorias de conhecimento que desumaniza determinados corpos os tornando desviantes, subalternos e marginais. Essa é uma das dimensões herdadas do colonialismo patriarcal. Para Cashmore (2000, p. 405), “[...]. Em todos os meios patriarcais, o domínio, era centralizado no macho e expresso principalmente por meio do controle e da discriminação econômica do gênero feminino”. Em entrevista à Marie Claire (2019) Grada Kilomba disse: *“Tenho 20 anos de carreira e não quero ser apresentada por um texto vitimizado*. Referindo-se ao fato de não querer ter sua biografia reduzida a de uma mulher negra que venceu na vida. Grada Kilomba aprecia o “conhecimento vivido”, sensível em sua escrita, pois para ela o saber sem o sentir não é um saber completo. Assim, Kilomba ((2019, p. 52) afirma que: “[...]. Há muito tempo temos falado e produzido conhecimento independente, mas quando há assimetria de grupos no poder, há também assimetria no acesso que os grupos têm a recursos necessários para implementar suas próprias vozes [...]”.

Segundo Ellis Cashmore (2000), o feminismo negro designa um movimento intelectual e político de intelectuais e ativistas negras que estão repensando as experiências sociais numa perspectiva afrocêntrica. Djamilia Ribeiro (2019) diz que o feminismo negro pensa projetos, novos marcos civilizatórios e um novo modelo de sociedade, portanto, é uma forma crítica de causar desconforto às assimetrias sociais pouco questionadas. Nesta senda, Garcia (2015, p. 13) afirma que o feminismo negro “se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo como movimento social [...]. O discurso, a reflexão e a prática feminista carregam também uma ética e uma forma de estar no mundo”.

Sabemos que nossos passos vêm de longe, e que a luta da mulher negra por equidade data do período da escravização de pessoas negras e continua. Por esta razão a sociedade vivencia momentos de desconstrução e novas formas de existir. O movimento de mulheres negras está (re)educando pessoas, construindo novas narrativas, com

novas/os autoras/es, legitimando conhecimentos outrora desvalorizados. Em território brasileiro temos várias potências de intelectuais, que focam a educação antirracista, são elas: Nilma Lino Gomes, Wilma de Nazaré Baia Coelho, Yvone Costa de Souza, Eliane Cavalleiro, Benilda Brito, Valdecir Nascimento, Ivanilde Guedes de Mattos e outras mais. Elas fazem reflexão sobre a luta do Movimento Negro no Brasil, implementação da Lei 10.639/03, narrativas de mulheres negras que sofreram com o racismo cotidiano escolar, estruturam o racismo na sociedade brasileira, marginalização do corpo negro, estruturar novos paradigmas educacionais na universidade e na educação básica, relacionamento entre professores/as e alunos/as brancos/as com alunos/as negros/as etc.

Todas as pesquisadoras e suas discussões trouxeram ricas contribuições para que a educação brasileira atuasse numa perspectiva de equidade e de emancipação e não segregacionista. Todo o conhecimento existente em Memórias da Plantação, está refletido nas pesquisas brasileiras, em maior ou menor proporção. Isso não significa dizer que tenham lido umas às outras, mas que de alguma forma suas experiências se cruzam no “não lugar”, pois para Kilomba (2019, p.38), [...]. A/O “Outra/o” não é “Outra/o” *per se*; ela/ele torna-se através de um processo de absoluta negação [...]. Nesta perspectiva:

[...]. Kilomba sofisticava a análise sobre a categoria do Outro, quando afirma que mulheres negras, por serem nem branca e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supremacista branca por serem uma espécie de carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade [...]. Mulheres negras, nessa perspectiva, não são nem brancas e nem homens e exerceriam a função de Outro do Outro. (RIBEIRO, 2017, p. 38-39).

Conhecer a história do mundo por outra ótica que não a europeia retira a população negra do lugar da generalização e da marginalização, demonstrando que o racismo é incoerente, mas que se mantém por meio de associações imagéticas presentes nas ciências e tantas outras áreas do conhecimento. Elevar a forma de conhecer seguindo na contramão da estrutura social vigente não é um processo unidimensional, especialmente para mulheres negras, mas “Quando uma mulher negra se move, as estruturas política e social também se movem” (Angela Davis).

Grada Kilomba consegue nos cativar porque cada palavra é sua, cada palavra é ela. A autora se apropria de sua escrita e se coloca como *sujeito* descartando totalmente o papel de *objeto*. Sua escrita é um ato político, Kilomba (2019, p.28), “Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou”. Quando a sociedade tal como está estruturada observa a mulher negra, quase que instantaneamente ela é objetificada e todo o histórico colonial é refletido no seu corpo, esse é o racismo cotidiano. Em Memórias da Plantação, Kilomba (2019, p. 29), “[...]. Descreve o racismo cotidiano não apenas como a reencarnação de um passado colonial, mas também como uma realidade traumática, que tem sido negligenciada.

A palavra memória carrega um forte significado para qualquer pessoa. Para a população negra, está imbuída em um “manto” de amnésia coletiva e seletiva pela branquitude. A memória da população negra remete a ancestralidade, forças da natureza, resistência e sobrevivência. Remete ao direito de existir, de ser. A escrita de Grada Kilomba é permeada pelo desejo de se descobrir, de poder ser. Para que isso ocorresse, o movimento foi urgente. Tornar-se *sujeito* só foi possível com a ativação da memória e o posterior abandono de raízes coloniais que sufocavam a sua existência. Do período colonial até a atualidade, as práticas racistas têm a sua dinâmica legitimada pelo grupo hegemônico, que tem maior representação nos espaços de poder, pois:

[...]. No racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão “fora do lugar” e, por esta razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão “no lugar”, “em casa”, corpos que sempre pertencem. (KILOMBA, 2019, p. 56).

Esse sentimento de não pertencimento está na trajetória de qualquer mulher negra, o corpo fora dos padrões impostos pela branquitude. Um corpo que se movimenta, que tem vontades, que resiste, que existe, ainda que não queiram. Foi esse sentimento que primeiro movimentou Kilomba a deixar Lisboa, ela não pertencia àquele lugar, tampouco as práticas colônias e glorificação das mesmas. A ideia de exclusão do corpo não hegemônico se refaz na negação do direito de fala, na negação de sua constituição como *sujeito* dotado de intelecto, de *sujeito* potente. Essa negação foi introjetada à revelia, pois desde a infância o *sujeito* negro é direcionado apenas a obediência, ao bom

comportamento, é direcionado ao silêncio, a aceitação do *status quo*, assim sendo, a subversão é necessária e nunca foi tão urgente.

A sociedade brasileira ainda não está preparada para superar a herança recebida das estruturas coloniais, segundo o percurso apontado por Kilomba, que é negação-culpa-vergonha-reconhecimento-reparação. O Brasil movimenta-se no percurso, chegando até o reconhecimento, mas retrocede, e sempre opta por permanecer na negação. Precisamos retirar a “reparação” do campo das benesses e colocá-las no campo do direito constituído. As transformações estão sendo realizadas por muitas pessoas e por fortes mãos de mulheres negras, pela marcha de mulheres negras, a exemplo:

No que se refere à Marcha das Mulheres Negras em Brasília, em 17 de novembro de 2015 foi o “dia D” nos aeroportos brasileiros, que jamais viram tantas mulheres negras. Transformamos a paisagem dos aeroportos através de corpos que insistem em se rebelar, andamos na contramão e resistimos às representações que teimam em nos colocar no lugar da subalternidade e da subserviência [...]. Naquele dia, estávamos nas filas das companhias aéreas. Algumas falavam mais alto, outras eram efetivamente mais tímidas, algumas usavam turbante, outras tranças, as mais jovens tinham o cabelo colorido. Enfim, estávamos usando o nosso corpo como um espaço de expressão política e afirmação identitária [...]. (FIGUEIREDO, 2019, p. 204.).

A luta de mulheres negras não cessa. Precisam lutar pelo direito de existência de seus corpos, pelo não apagamento e valorização de sua história. Por esta razão, a educação é central na superação das práticas racistas ainda existentes. A educação para as relações raciais precisa ser implementada desde a educação infantil até a educação superior, assim como a formação docente. As meninas negras aprendem que seu cabelo é ruim e que na maioria das peças infantis não podem ser princesas devido à sua pele, devido ao seu cabelo. A escola é a maior reprodutora de racismo desde a estrutura até a construção dos currículos. Também é na escola que as crianças negras conhecem o “não lugar”, assim, Kilomba (2019, p. 73) afirma: “[...]. Nós nos tornamos visíveis através do olhar e do vocabulário do *sujeito* branco que nos descreve: não são nossas palavras nem nossas vozes subjetivas impressas nas páginas da revista, mas sim, o que representamos fantasmagoricamente para a nação branca e seus verdadeiros nacionais”. Por esta razão, Grada Kilomba explica de forma sucinta e objetiva o significado dos

termos racismo estrutural, racismo institucional e racismo cotidiano, conforme quadro a seguir:

Quadro 1- Definição de conceitos.

Racismo estrutural	O racismo estrutural é revelado em nível estrutural, pois pessoas negras e <i>People of Color</i> estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestamente seus <i>sujeitos brancos</i> , colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado de <i>racismo estrutural</i> .
Racismo institucional	Como o termo “instituição” implica, o racismo institucional enfatiza que o racismo não é apenas um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado. O termo se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas de agendas educativas, mercado de trabalho, justiça criminal, etc. o racismo institucional opera de tal forma que coloca os sujeitos <i>brancos</i> em clara vantagem em relação a outros grupos racializados.
Racismo cotidiano	O racismo cotidiano refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações, e olhares que colocam o <i>sujeito negro</i> e as Pessoas de Cor não só como “Outra/o” – a diferença contra a qual o <i>sujeito branco</i> é medido – mas também como Outridade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade <i>branca</i> . No racismo cotidiano, a pessoa <i>negra</i> é usada como tela para as projeções do que a sociedade <i>branca</i> tornou tabu. Tornamo-nos um depósito para medos e fantasias <i>brancas</i> do domínio da agressão ou da sexualidade.

Fonte: GRADA, Kilomba. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

A população negra é gigante em força e em quantidade, mas a sua representatividade é reduzida e estereotipada, seja na arte ou na literatura. No entanto, a organicidade social da população branca ostenta a condição de detentora do poder e do conhecimento, sendo presença efetiva nos espaços de tomada de decisão.

É fato que o Brasil não é um paraíso racial. Porém, ainda existe questionamento do tipo: o Brasil é um país racista? Diante de tal questionamento parece que todas as movimentações e pesquisas realizadas não surtiram efeito, porque o racismo se estrutura e se materializa ferozmente onde o trânsito de informações é limitado apenas a uma lógica, a *branca*. São nesses espaços (teóricos e/ou físicos) que se localiza a maior parte da população negra, ou seja, espaços em que corpos negros são marginalizados e invisíveis simultaneamente. Espaços em que o racismo cotidiano consegue ser o mais sutil e violento possível. O não acesso ao sistema educacional, o ingresso tardio, ou

mesmo quando são evadidos porque são “conduzidas/os” a “escolher” entre o trabalho e o estudo. Nestes termos, a pergunta é desnecessária e a resposta é óbvia. Sim, o Brasil é um país racista, uma vez que: [...]. A experiência do racismo não é um acontecimento momentâneo ou pontual, é uma experiência contínua que atravessa a biografia do indivíduo, uma experiência que envolve uma memória histórica de opressão racial, escravização e colonização. (KILOMBA, 2019, p. 85).

A população negra caminhou muito e obteve conquistas consideráveis mesmo com todas as mazelas sociais. O movimento de mulheres negras foi responsável por pautar várias discussões que fez com que forçosamente o estado brasileiro elaborasse políticas afirmativas, bem como a criminalização do racismo na Constituição Federal, *Art. 5º, XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei*. Desde então, a sociedade vivencia momentos históricos com marcos legais de combate ao racismo. Todas são políticas de inclusão e valorização da população negra e sua cultura, considerando toda sua trajetória de lutas e enfrentamentos até a atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto de exclusão, em que se insere a mulher negra, é coerente considerar o sistema educacional como um dos mecanismos necessários à superação das desigualdades raciais que tanto as afeta e as coloca na base da pirâmide social. O Brasil é o país que dançou ao som da música “fricote” (vulgo negra do cabelo duro), que até atualidade as pessoas brancas se fantasiam de “negra maluca” no carnaval, em que a escola, no mês de novembro, representa o cabelo de mulheres negras com bombril. Atitudes nefastas e ofensivas. Não existem formas de positivar tais atos. Criticar essas práticas não é efetivo em um curto prazo, porque para Kilomba (2019, p. 122): “Não escutar” é uma estratégia que protege o sujeito branco de reconhecer o mundo subjetivo da pessoa negra [...]. Pensar a dimensão do corpo pressupõe pensar o espaço pessoal, autorização, identidade, subjetividade e individualidade, implica pensar no direito de ser da mulher negra.

O cabelo da mulher negra se inscreve no campo da conscientização política, pois muitas só conhecem a estrutura da fibra capilar na vida adulta, devido ao processo de

alisamento constante para se inserir na sociedade por meio de mecanismos de branqueamento. O uso do cabelo natural mostra o fortalecimento racial contra a opressão, assim como informa que o problema com a estética da mulher negra, está nas pessoas brancas, porque “existe uma relação entre consciência racial e descolonização do corpo negro [...]”. (KILOMBA, 2019, p. 129). As memórias mais violentas e degradantes compartilhadas por mulheres negras estão associadas ao cabelo crespo. As pessoas brancas tendem a conceber o corpo das mulheres negras como um corpo educador, objetificam, e se dão o direito de invadir seu corpo por meio do toque sem autorização ou pelo bombardeio de perguntas desnecessárias.

A mulher negra que usa suas tranças, em algum momento já sentiu toques curiosos e perguntas incoerentes, exemplo: como você faz para lavar o cabelo? Você lava o cabelo? Dói para fazer tranças? Quando a mulher negra decide usar o cabelo natural: por que você não alisa? Ainda tem os insultos disfarçados de elogios: é lindo, mas eu não tenho coragem de usar. Sim, o cabelo pode ser usado de qualquer forma, desde que não seja por imposição social que se pauta em princípios racistas.

A sensibilização urgente para essas e outras formas de racismos passa pela educação. Nesse texto procuramos refletir com Grada Kilomba e trazer para o debate aspectos centrais da obra analisada: a memória, a sensibilização, os racismos e suas dimensões e a preposição da autora de uma necessária e urgente mudança na linguagem, usualmente racista que subjetiva as mulheres negras de modo estigmatizado, infantilizado ou hipersexualizado.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020. 189 p.
- BRITO, Benilda. NASCIMENTO, Valdecir. **Negras (in)confidências: bullying, não. Isto é racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.
- CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000.
- COSTA, Bernardino Joaze. TORRES, Nelson Maldonado. GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

GRADA, Kilomba. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento justificando, 2017.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Almeida, 2017.

Como referenciar este artigo:

SILVA, Luciene Reis; MORUZZI, Andrea Braga. Feminismo negro como mecanismo de transformação social: ensaio a partir das contribuições de Grada Kilombo. D'Generus: Revista de Estudos Feministas e de Gênero. Pelotas: UFPel. v. 02, n. 01, p. 000-000, 2022. ISSN: 2764-9938. DOI: XXXXX